

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/350743438>

"DE VOLTA PARA O FUTURO": A ARQUITETURA MODERNA COMO PATRIMÔNIO

Chapter · January 2018

CITATION

1

3 authors, including:



[Ricardo Alexandre Paiva](#)

Universidade Federal do Ceará

69 PUBLICATIONS 37 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Guia da Arquitetura (Proto)moderna de Fortaleza (1932-1960) [View project](#)



Caminhos da Arquitetura Moderna em Fortaleza [View project](#)

"DE VOLTA PARA O FUTURO": A ARQUITETURA MODERNA COMO PATRIMÔNIO.

Ricardo Alexandre Paiva¹

Bruno Melo Braga²

Anastácio Braga Nogueira³

Introdução

A palavra "moderno" tem origem latina em "*modernus*", que significa atual, recente, que pertence aos nossos dias. Em arquitetura, o termo é utilizado desde o Renascimento para designar um contraponto ao antigo e a partir do início do século XX se consolida como um predicado que sinaliza uma ruptura com a tradição e linguagem clássica, identificando-se com a modernização desencadeada pela Revolução Industrial e com o modernismo, expressão cultural e artística da modernidade. Assim, o moderno foi utilizado para qualificar uma produção artística comprometida e engajada com o alinhamento ao progresso material da humanidade de forma hegemônica, impactando a produção urbanística e arquitetônica em diversos lugares do mundo, projetando-se para o futuro.

"De volta para o futuro" é uma metáfora em relação à valorização da arquitetura moderna, que pressupõe: a relação de origem entre o modernismo e o início das ações preservacionistas no Brasil; o valor cultural do acervo construído da arquitetura moderna e a necessidade

1 Doutor em Arquitetura e Urbanismo FAUUSP, Professor Adjunto DAU-PPGAU+D-UFC.

2 Mestre em Arquitetura e Urbanismo PPGAU+D-UFC, Professor Assistente DAU-UFC

3 Arquiteto e Urbanista DAU-UFC, Mestrando PPGAU+D-UFC

de considerá-lo como patrimônio; e a vigência, a validade dos princípios modernistas para o projeto de arquitetura e para a intervenção no edifício existente. Em todas as premissas supracitadas, articulam-se passado, presente e futuro, remetendo simbolicamente ao poder de uma “máquina do tempo”.

Assim, este capítulo tem como objetivo discutir teórica e historicamente o modernismo arquitetônico como patrimônio, o seu lugar no passado e sua relação com as políticas de preservação do patrimônio, no presente e em uma perspectiva futura.

Passado: a relação de origem entre o (S)IPHAN e a Arquitetura moderna

A origem das práticas preservacionistas no Brasil data tardiamente do início do Século XX e foi condicionada assim como nos países centrais pela necessidade de afirmação da identidade nacional, muito embora se distinga pelo fato destas preocupações com a memória surgirem aqui de mentalidades modernas ligadas às vanguardas artísticas, notadamente de viés modernista. Esta talvez constitua a maior especificidade da gênese do pensamento preservacionista no Brasil.

Os movimentos de vanguarda europeus tinham como ponto comum uma aversão ao passado e inauguram uma espécie de “tradição da ruptura”. As expressões artísticas e a arquitetura moderna impuseram uma descontinuidade em relação à tradição acadêmica e ao sistema “*beaux arts*”, motivadas pelo cenário de modernização em todas as esferas da vida provocados pelo advento da Revolução Industrial.

No caso brasileiro, podemos identificar um desejo de conciliação de valores a princípio antagônicos: a aspiração de afirmar a identidade nacional unindo modernidade e tradição. Este pressuposto encontra seus antecedentes na Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922, onde vários artistas e intelectuais se voltaram contra a permanência de um processo irrefletido de imitação servil aos valores culturais europeus.

A contribuição dos arquitetos modernos é posterior, mas ainda imbuída do mesmo espírito. Esta busca de heranças culturais coadunou com o cenário político ligado à ascensão de Getúlio Vargas à

presidência em 1930 e posteriormente à instauração do Estado Novo em 1937. Para Vargas a afirmação da identidade nacional constituía uma meta para legitimar um poder altamente centralizado. Deste pressuposto, foi criado o Ministério da Educação que visava impor uma homogeneização do conhecimento histórico sobre a nação, combatendo inclusive o suposto perigo da diversidade étnica verificada após a chegada dos imigrantes.

Neste período fica evidente uma aproximação entre o Estado e os intelectuais, uma cooperação que expressa algumas contradições, uma vez que há divergências ideológicas entre os intelectuais e o governo autoritário.

Neste contexto foi criado em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A instituição surge com o intuito de salvaguardar a herança cultural do Brasil, base para a criação da identidade nacional e para modernidade a ser construída. Este período corresponde ao momento de gênese da arquitetura moderna brasileira, coincidindo com o episódio histórico do concurso, da sua anulação e da posterior construção do Ministério da Educação e Cultura. Esta articulação demonstra a intrincada relação entre o surgimento das ações preservacionistas e o alvorecer da arquitetura moderna brasileira.

A contribuição dos arquitetos modernos foi fundamental neste processo de conciliação entre o passado e o futuro. Esta premissa orientou não somente os fundamentos do modernismo arquitetônico – o que lhe conferiu distinção – como lançou as bases para as ações de preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil.

De acordo com a visão dos modernistas, o SPHAN concebeu o período colonial como o mais significativo para ser resgatado e preservado, elegendo e criando uma espécie de “passado exemplar”. Não restam dúvidas que o processo de transculturação dos três primeiros séculos no Brasil colaborou para a constituição da brasilidade, uma vez que todas as esferas da produção material influenciaram na gênese e desenvolvimento de um sincretismo cultural, expressão do processo contraditório e assimétrico entre a Metrópole e a Colônia. Na visão dos modernistas, muitos deles ligados ao SPHAN, o século XIX constituía um retrocesso cultural devido às práticas de imitação da civilização europeia. Semelhante à vanguarda internacional, o

Modernismo no Brasil se contrapõe energeticamente às práticas acadêmicas e aos artefatos artísticos e arquitetônicos delas decorrentes, negando assim o historicismo. Este processo seletivo de valorização do passado legitimava o modernismo, que se justificava pela associação à austeridade da arquitetura colonial, além da expressão barroca dos seus movimentos. Esta preferência valorizava ainda o tempo e o espaço ligados ao ciclo do ouro, em Minas Gerais.

O arquiteto Lúcio Costa cumpriu um papel fundamental no processo de afirmação tanto dos fundamentos do modernismo, como do pensamento preservacionista no Brasil. A sua aproximação com o legado colonial se deu ainda no início de sua atuação profissional ligada ao movimento neocolonial. No entanto, o arquiteto percebeu que a valorização da arquitetura do colonial não se assentava na reprodução do seu vocabulário plástico (manutenção do padrão *beaux art* do ecletismo, mas com um repertório colonial), mas na consciência em relação ao seu significado cultural, sua expressão construtiva e a sua simplicidade funcional. A identidade nacional expressa através da arquitetura deveria conciliar a influência do racionalismo europeu (devidamente adaptada à realidade local) às heranças consideradas legítimas do período colonial.

Sob a liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o SPHAN estabelece como um dos principais ações de preservação, o instrumento jurídico do tombamento ligado ao Decreto-Lei 25/1937. Este primeiro momento, consagrado como a “fase heróica” constituiu um período considerado demasiadamente elitista da instituição, que excluiu, conforme os interesses ideológicos, a diversidade da cultura brasileira. Os parâmetros de seleção do acervo material a ser objeto de preservação se sustentavam na consideração do bem como monumento, destacando a sua excepcionalidade artística e histórica.

Para Londres Fonseca (2005), o Conselho Consultivo, formado por técnicos e arquitetos se distanciavam um pouco do aparato estatal do Estado Novo, inclusive dos seus pressupostos ideológicos. Isto acarretou também um distanciamento da sociedade civil, limitando a articulação com outros agentes possíveis de envolvimento no processo de preservação.

No entanto, é importante destacar a importância e o significado desta chamada “fase heróica” do IPHAN, período considerado entre

1937, ano da criação, até a aposentadoria de Rodrigo M. F. de Andrade em 1967.

Para Reis Filho (1995), o trabalho técnico desempenhado pelo SPHAN foi um contraponto ao estudo da História da Arquitetura proposto pelo ensino tradicional acadêmico. Tratava-se agora de um mergulho na realidade empírica dos acervos estudados, para a partir de então inferir sobre a História. O estudo da arquitetura como produto social, através do estudo dos usos e costumes, da evolução técnica favoreceu sobretudo a compreensão da arte e da arquitetura brasileira. No entanto, a repercussão no estudo da história da arquitetura nas escolas de arquitetura foi heterogênea, com repercussões somente na década de 1960⁴.

Somente a partir da década de 1970, conforme os estudos de Fonseca (2005), a instituição e conseqüentemente as práticas preservacionistas vão sofrer mudanças. A autora enquadra estas mudanças dentro de uma chamada "fase moderna" ligada à administração de Aluísio Magalhães, que coincide com a crise da fase heroica, também conhecida como "pedra e cal". Neste período, começa haver certas reivindicações por parte dos governos municipais e estaduais, das organizações internacionais, dos habitantes de centros históricos tombados e alguns setores da sociedade civil de transformação dos instrumentos de preservação do patrimônio.

No âmbito destas reivindicações, é criado em 1975 o CNCR (Centro Nacional de Referência Cultural) que buscava ampliar o conceito de preservação, abrangendo uma produção cultural ampla e diversificada, fundada numa visão mais antropológica e etnográfica. Nesta nova postura se introduziu a noção de referência cultural e uma abordagem menos técnica, tentando abarcar um universo de referências mais amplo e representativo da diversidade cultural brasileira, para além dos testemunhos da história oficial.

É evidente que houve embate de idéias entre estas novas propostas e a visão da fase heróica, repercutindo em certas restrições na implementação destas novas políticas de preservação do patrimônio

4 Embora na análise de Reis Filho ele considere que esta atitude não era consciente, uma vez que a consideração da excepcionalidade do monumento ainda era uma visão tradicional.

no Brasil. Malgrado estas discordâncias, entre as décadas de 1970 e 1990 percebe-se um alargamento da quantidade de bens tombados e conseqüentemente uma maior representatividade da pluralidade cultural. A descentralização administrativa também é um sintoma de uma maior alcance da atuação do IPHAN, para Castro (2008, p. 140) "em 1982, as ações do IPHAN foram divididas e postas a cargo de Superintendências Regionais, estabelecendo-se uma presença abrangente da repartição em todo o território nacional".

É importante ressaltar que nas duas fases de elaboração de políticas de preservação no Brasil, as atividades do IPHAN ocorrem em regimes autoritários, na "fase heróica", o Estado Novo e, na "fase moderna", a ditadura militar.

A partir das duas últimas décadas, novas posturas têm norteado as práticas de preservação do patrimônio. A principal questão se direciona para o papel que as ações de preservação desempenham no desenvolvimento local e se relacionam com as práticas do turismo. Este paradigma encontra suas explicações no processo de globalização, que interfere no processo produtivo e faz emergir uma relação de competitividade entre os lugares. Além dos diversos atributos requeridos pelas novas demandas do capital, como mão-de-obra barata, isenção fiscal, infraestrutura, entre outros, as regiões e cidades devem se diferenciar pelos seus atributos culturais frente à homogeneização imposta pela nova fase do capitalismo internacional a fim de se tornarem atraentes.

Cabe destacar aqui alguns avanços nas práticas preservacionistas do IPHAN. A primeira no que se refere à crescente descentralização da gestão do patrimônio, que abriu possibilidades de absorção de uma maior diversidade cultural nas escalas dos estados e municípios que, entretanto, quando direcionada para sobreposição dos fins econômicos sobre os culturais influencia negativamente a construção das identidades locais. A segunda corresponde à associação aos bens materiais dos bens imateriais. Esta contribuição possibilita uma valorização do lugar com referência não somente nos objetos tangíveis, mas nas práticas sociais e usos que o justificam.

Este período coincide com a assimilação de influências pós-modernas na arquitetura e com um processo intenso de metropolização e valorização imobiliária que têm investido contra o modernismo,

tanto em relação ao abandono dos seus princípios projetuais, como em relação ao seu legado cultural.

Presente: o valor cultural da Arquitetura moderna

No âmbito das discussões patrimoniais, a preocupação com a identidade cultural vem sendo um assunto cada vez mais frequente, de maneira que o enfoque recente tem sido, em muitos exemplos, na preservação dos bens significativos à determinada comunidade, independente do período temporal ou estilo artístico que possuam. O significado cultural que aquela obra representa para aquele povo, tem sido o norteador de muitas ações preservacionistas. Mas, de certo modo, essa preocupação com a identidade cultural já estava desde o início da atuação das ações de salvaguarda nacionais.

Segundo Cavalcanti (1999), o fato de ser praticamente o mesmo grupo, que revolucionou nas formas, projetando os primeiros exemplares da arquitetura moderna no país, também iniciaram a proteção do patrimônio cultural edificado nacional, fez com que o Brasil fosse o primeiro país do mundo a implementar ações legais visando à preservação de exemplares da arquitetura moderna.

Com apenas dez anos de atuação, o Iphan já reconhece como patrimônio o primeiro exemplar moderno: a Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha em Belo Horizonte, de Oscar Niemeyer, inaugurada apenas quatro anos antes do seu tombamento. Nos anos seguintes, outros exemplares da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo modernos seriam igualmente reconhecidos como monumentos artísticos nacionais: o prédio do Ministério da Educação e Saúde, a Estação de Hidroaviões e o Parque do Flamengo, todos no Rio de Janeiro, e o “Catetinho” e a Catedral Metropolitana em Brasília.

Esses edifícios recém-construídos ou até inconclusos não foram tombados pelo suposto valor histórico, ainda não havia historicidade nessas obras, o tempo não havia legado a sua pátina. Por outro lado, esses exemplares foram reconhecidos pelos próprios modernistas por sua qualidade artística e, principalmente, por significarem uma manifestação cultural original, que se inseria nas realizações de um movimento de vanguarda internacional, mas que também estava intrinsecamente relacionada à afirmação de uma identidade brasileira.

Contudo, por mais de três décadas, as poucas ações de salvaguarda do patrimônio moderno ficaram restrita, praticamente, aos notórios exemplares da chamada *escola carioca*⁵, percebendo-se aí uma dificuldade de reconhecimento e, por consequência, de reivindicação por parte da sociedade, desses exemplares como parte do patrimônio. Esse cenário começa a mudar somente a partir da década de 1980, quando se inicia ações mais sistemáticas de preservação da arquitetura moderna pelo IPHAN. Mesmo assim, diante do tamanho e da importância do acervo moderno brasileiro, continuam sendo poucos os exemplares que possuem algum tipo de proteção legal:

Somente a partir de 1986, com o tombamento das três casas modernistas construídas por Gregori Warchavchki em São Paulo entre 1927 e 1930, as ações de preservação da arquitetura moderna pelo IPHAN extrapolam os limites da *escola carioca*. Mesmo assim, contam-se nos dedos os bens de arquitetura moderna desvinculados da *escola carioca* que foram tombados pelo IPHAN (...) Apesar destas iniciativas, como afirma José Pessoa, o acervo arquitetônico moderno brasileiro ainda não foi alvo de uma ação sistemática de identificação e salvaguarda dos seus exemplares mais representativos. (ANDRADE Jr., ANDRADE; FREIRE, 2009, pp. 5-6).

Assim, é preciso reconhecer, primeiro, os seus valores históricos e culturais advindo de um movimento que moldou o pensamento da sociedade e caracterizou um período da história recente do Brasil e do mundo, marcando o século XX. Percebidos então como testemunhos de um tempo marcado por intensas transformações provocadas pela modernização, é preciso compreender as especificidades dessa arquitetura e construir-se uma nova escala de valores para esse tipo de patrimônio cultural edificado, facilitando as ações de conservação.

Dentro desse processo de reconhecimento, valoração e proteção do patrimônio moderno, é importante destacar o trabalho

5 *Escola Carioca* é o nome pelo qual certa produção moderna da arquitetura brasileira é comumente identificada pela historiografia, especificamente por Henry Russel-Hitchcock em "Architecture: nineteenth and twentieth century", em 1958.

realizado pelo DOCOMOMO⁶, uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, criada em 1988 e que hoje é um organismo assessor do *World Heritage Center* da UNESCO, órgão da ONU ligado à preservação do patrimônio cultural material e imaterial. O DOCOMOMO se organiza na forma de encontros e seminários regulares intercalados de diferentes abrangências: internacional, nacional e regional. Estes eventos buscam ampliar a discussão sobre as questões ligadas à preservação, documentação e restauro da arquitetura moderna, além da análise e crítica dessa produção e das questões ligadas à sua historiografia, ampliando a compreensão sobre as especificidades de preservação do patrimônio moderno.

O Docomomo é hoje um fórum importante no reconhecimento da arquitetura moderna como patrimônio. Desde a sua constituição (...) vem contribuindo com a difusão do conhecimento sobre o tema, que apesar da sua importância, até os anos oitenta do século passado, no Brasil, era muito pouco e maltratado. Principalmente os seminários nacionais e regionais têm gerado conhecimento, reflexões e polêmica sobre a matéria. (TINEM, 2010, p.2)

Os seminários nacionais do DOCOMOMO Brasil são realizados regularmente desde 1995, sempre a cada dois anos. Estes seminários têm tido grande reconhecimento, inclusive internacional, pelo envolvimento de cursos e Programas de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo de diversas universidades brasileiras. Os sucessivos encontros vêm amadurecendo e evoluindo a discussão sobre o patrimônio moderno:

No primeiro momento o conhecimento produzido estava voltado para o (re)conhecimento da amplitude da produção moderna em nível nacional. No segundo momento o registro e avaliação dessa produção se difundiria de forma exemplar (re)descobrimo o Brasil moderno. (...) O terceiro momento, que estamos vivenciando agora, está focado na reflexão de como lidar com esse patrimônio moderno. (TINEM, 2010, p. 2)

6 Sigla referente a International Working Party for DOcumentation and COnservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the MOdern MOvement

Dentro dessas reflexões crescentes sobre como lidar com esse Patrimônio Moderno, tem se questionado as ações de tombamento como ferramenta efetiva de proteção. Alguns salientam que não se pode impedir as mudanças, que está intrínseca aos exemplares modernos. Contudo, conforme Zein e Di Marco (2008), afirmam que só tem sentido falar sobre proteção da arquitetura moderna sem necessidade de uma ação legal de salvaguarda se superarmos a máxima do “não tombamento pode ser, afinal de contas, a não preservação” (ZEIN, DI MARCO, 2008, p.06).

Tinem (2012) acrescenta que, mesmo que não tivesse nenhum tipo de proteção, antes de intervir num edifício moderno, deveria ser analisado, o que deve ser mantido e o que pode ser alterado. É preciso estabelecer um diálogo entre o contemporâneo e o moderno que garanta, neste último, além do seu uso, a essência do seu projeto e da sua qualidade construtiva. Nessa discussão, a questão do uso assume importância primordial para a preservação desse acervo, assevera Lima (2012):

O uso, a destinação prática para o bem patrimonial, é uma das reivindicações mais recorrentes no campo patrimonial contemporâneo. Estar alheio às práticas sociais atuais condena o edifício ao seu abandono e degradação. Um edifício moderno de escritórios, por exemplo, construído nos anos de 1950, terá sua conservação assegurada na medida em que oferece um potencial de uso, na medida em que se apresenta flexível para as demandas da constante mudança da prática dos serviços, na medida em que permite certa atualização tecnológica. O valor de uso será certamente hegemônico nas ações de conservação, embora o valor de antiguidade não possa ser nulo, sob pena de esvaziá-lo de sentido, sob risco de retirar-lhe qualquer profundidade histórica. (LIMA, 2012, p.32)

Além da questão da necessidade de uso, da conservação e do tombamento ou não do bem, a preservação dos exemplares da arquitetura moderna implica em outros desafios específicos, diferentes do patrimônio antigo, envolvendo aspectos como: funcionalidade, manutenção, utilização de materiais construtivos industriais ou tradicionais e a necessidade de atualização dos sistemas infraestruturais, conforme destaca Moreira (2011):

- A própria atenção que arquitetos modernos dispensaram à funcionalidade, conjugada com a rápida obsolescência funcional, o que traz dificuldades para se encontrar e introduzir novos usos.

- A dimensão material do edifício que inclui problemas, como o uso de materiais novos sem tradição construtiva, o uso de materiais tradicionais de forma inovadora, a falta de entendimento do desempenho dos materiais no longo prazo, as falhas na construção, os problemas de detalhamento e o uso de materiais fabricados em série.

- Os sistemas infraestruturais (aquecimento, ar condicionado, água, eletricidade, etc.), que precisam ser substituídos para que o edifício continue em uso, o que geralmente acarreta problemas de adequação.

- A ausência de uma cultura da manutenção, que afeta diretamente os edifícios modernos.

- A aceitação da pátina nos edifícios modernos, já que os materiais e as superfícies reluzentes das publicações de época fizeram com que os sinais deste envelhecimento não fossem compreendidos como um valor. (MOREIRA, 2011, p.154)

Ademais, conforme Lima (2012), o reconhecimento da significância dos exemplares modernos passa pela percepção das suas particularidades e dos seus valores específicos, sejam construtivos, estéticos, históricos e até artísticos. O edifício, portanto, é identificado também como uma fonte de pedagogia e saberes: um objeto de conhecimento tecnológico, cultural e social, cabendo aos arquitetos o papel de fomentar este processo (ZEIN E DI MARCO, 2008).

Desse modo, o reconhecimento e valor do patrimônio pressupõem o seu caráter educativo e, remontam a criação das diretrizes de fundação do antigo SPHAN pelo modernista Mário de Andrade, em 1937, a, eternizada na sua frase: "Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização". Assim, a noção de patrimônio está atrelada a idéia de aprendizado, de conhecimento e, por conseguinte, de reconhecimento. E nesse processo pedagógico, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da cidadania, o patrimônio cultural edificado moderno impõe-se pelas potencialidades em reafirmar a identidade e a memória em todos os tempos de sua existência

material, contribuindo para entender o passado e o presente e, como consequência, o futuro.

Futuro: vigência e perspectivas da Arquitetura moderna

Apesar da preservação do patrimônio moderno ser algo ainda recente, esta é uma preocupação cada vez mais urgente frente à demolição ou descaracterização de boa parte de seus exemplares. É possível identificar várias iniciativas que buscam documentar, valorizar e preservar o acervo arquitetônico deste período, e um dos maiores desafios que se percebe nestas discussões para que elas tenham repercussões mais efetivas é entender as especificidades relativas à preservação da arquitetura moderna.

Apesar do esforço que vem sendo feito nas últimas décadas, tem se perdido um grande número de exemplares da arquitetura moderna, às vezes até os últimos registros de uma região. O crescimento das cidades, naturalmente, seleciona as edificações, e o faz sem critérios de escolha. (SILVA, 2012, p. 68)

Neste sentido, colocam-se duas questões principais a serem abordadas: a vigência desta arquitetura, e, portanto, seu valor como patrimônio; e a preservação sob a perspectiva da intervenção, uma vez que as mudanças pelas quais passam os edifícios são necessárias para sua permanência ao longo do tempo.

Sobre o primeiro ponto, é preciso reconhecer a dificuldade ainda existente do entendimento da arquitetura moderna como patrimônio. Alguns aspectos, como a proximidade temporal desta produção arquitetônica e sua linguagem racional mais sóbria e apoiada em aspectos concretos e construtivos, muitas vezes de difícil aceitação por parte de não arquitetos, acaba por dificultar a percepção do seu valor por grande parte da população. Como coloca Silva (2012, p. 68):

A questão é que, na maioria dos casos, com exceção de ícones que se destacam especialmente pela plasticidade, muitos dos edifícios da arquitetura moderna não possuem valor reconhecido pela população em geral. Desconhece-se que a arquitetura moderna representa

um momento histórico, um modo de fazer, não apenas um estilo, mas um método. É reflexo de uma sociedade, de um padrão cultural, econômico, intelectual.

Neste sentido, é fundamental assimilar a vigência de seus atributos como algo de valor e ainda válidos para a produção contemporânea. Assim, espera-se que estes edifícios cheguem até o presente não apenas como testemunho de uma época, mas também de um modo de pensar e fazer arquitetura. A preservação da arquitetura moderna requer um foco também em aspectos menos tangíveis, que estejam presentes na essência de seu significado.

O segundo ponto levantado, relativo às intervenções, tem relação direta com o primeiro, tanto por constituir uma característica da arquitetura moderna ainda vigente na contemporaneidade, como também por responder à questão da rapidez com que os edifícios produzidos ao longo do século XX tiveram que passar por alterações, *“uma vez que mudam as necessidades, tornam-se necessárias adequações: adequar para continuar a desempenhar a mesma função ou adequar para abrigar uma nova função”* (SILVA, 2012, p. 35).

Posto que a necessidade de adaptações, sejam de uso ou tecnológicas, é algo inevitável, um dos pontos cruciais desta discussão é entender de que maneira deve-se intervir nestas obras. É preciso, portanto, frente às constantes reformas e adequações, não apenas documentar, mas também pensar em estratégias de intervenção que sejam menos danosas para sua permanência. Segundo Anelli e Sanches (2005, p.21):

São cada vez mais freqüentes os casos de conversão de uso e atualização de edifícios modernos no Brasil. Até mesmo obras construídas nas décadas de 1960 e 70 já apresentam mudanças de uso. O envelhecimento de certos aspectos da sua construção, realizados sem que as técnicas estivessem consolidadas, exige muitas vezes mudanças radicais que podem vir a comprometer a integridade conceitual da obra.

Conceitos inerentes a certos projetos modernos favorecem a flexibilidade de uso. Também a inexistência da valorização da manufatura retira a aura de unicidade da produção material da obra, inerente a edifícios de outros períodos, abrindo a possibilidade de novas construções, com técnicas sempre atualizadas.

Como afirmam os autores, os próprios edifícios fornecem possibilidades flexíveis de intervenção e atualização, tanto nas alterações relativas ao uso como às questões tecnológicas. A flexibilidade, por se tratar de uma premissa presente desde a origem da arquitetura moderna, foi um tema que teve neste período seu maior desenvolvimento. Segundo Duarte (19-?, p. 35):

(...) arquitetura não só é a arte de organizar espaços, porém, mais acertadamente a – arte de organizar espaços flexíveis e criar em resposta às necessidades humanas (individuais ou coletivas) – sistemas materiais maleáveis, nisto distinguindo-se e contrapondo-se, radicalmente, à arquitetura do passado que organizava espaços fixos por intermédio de sistemas materiais rígidos.

A necessidade cada vez maior de se pensar em edificações flexíveis demonstra, portanto, a pertinência de se considerar este atributo advindo da arquitetura moderna em suas variadas interpretações e aplicações. Considerar a flexibilidade como uma herança da arquitetura moderna intrínseca ao modo de projetar dos arquitetos deste período pode ser uma das maneiras mais adequadas de se atestar a vigência dos princípios desta arquitetura na atualidade.

Vale destacar, ainda, que os espaços flexíveis destes edifícios não garantem, por si só, que estes possam resistir ao longo do tempo. Trata-se de uma questão de projeto, que perpassa a capacidade do arquiteto de ser sensível a estes aspectos no momento da intervenção a fim de potencializar sua capacidade de se adaptar e se reconfigurar ao longo do tempo. Em outras palavras, compreender e apreender a sua flexibilidade para garantir sua permanência. Assim, é preciso, no momento da intervenção, identificar quais são os valores e características essenciais que não só devem ser mantidas, mas que podem ser a chave para auxiliar na sobrevivência da arquitetura moderna.

Desafios da preservação da arquitetura moderna: à guisa de conclusão

Em síntese, este trabalho buscou trazer contribuições em relação à preservação da arquitetura moderna, resgatando as origens históricas do seu desenvolvimento no Brasil, denunciar suas

fragilidades em relação à atribuição de valor e consequente conservação, bem como apontar possíveis desdobramentos para a sua permanência, seja na forma de intervir em edifícios modernos, seja na consideração dos princípios fundamentais da arquitetura moderna em projetos contemporâneos.

Como expressão da cultura, a arquitetura moderna carece de um reconhecimento. A sua documentação e conservação depende de uma conscientização geral do seu valor cultural, histórico e artístico.

[...] os valores culturais não são espontâneos, não se impõem por si próprios. Não nascem com o indivíduo, não são produtos da natureza. Decorrem da ação social. As seleções e opções feitas pelos indivíduos e grupos, para serem socializados e se transformarem em padrões, necessitam de mecanismos de identificação, enculturação, aceitação. [...] Ora, tal perspectiva ressalta, de imediato, o caráter político do universo cultural. [...] Formas institucionais de indicação de valor (como por exemplo, o tombamento), têm relevância social (MENESES, 1996, p. 92).

Assim, os desafios que se apresentam para a preservação do modernismo são complexos e urgentes, porque exigem a participação de diversos agentes: do Estado ao mercado, da academia à sociedade civil, dos órgãos de preservação aos proprietários dos bens, dos arquitetos aos usuários. Mãos à obra!

Referências

ANDRADE Jr., Nivaldo Vieira de; ANDRADE, Maria Rosa de Carvalho; FREIRE, Raquel Neimann da Cunha. **O Iphan e os desafios da preservação do patrimônio moderno:** A aplicação na Bahia do Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos. In: ANAIS 8 Seminário DOCOMOMO Brasil. Rio de Janeiro: Edições DOCOMOMO, 2009.

ANELLI, Renato Luiz Sobral; SANCHES, Aline Coelho. **A flexibilidade da planta livre moderna para novos usos:** transformando o Grande Hotel de São Carlos em Paço Municipal. In: 6o DOCOMOMO Brasil: Moderno e Nacional. Niterói, 2005, Niterói. 6o DOCOMOMO Brasil: Moderno e Nacional. Niterói, 2005.

CASTRO, José Liberal de. Preservação do patrimônio cultural. **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza, 2008, pp. 99-148.

DUARTE, Hélio de Queiroz. **Espaços flexíveis:** uma consequência em arquitetura. [S.l. : S.N.], 19-?.

CAVALCANTI, Lauro. **Modernistas, arquitetura e patrimônio.** In: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005, 295p.

LIMA, Jayme Wesley de. **O patrimônio histórico modernista:** identificação e valoração de edifício não tombado de Brasília. O caso do edifício sede do Banco do Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: E. Yazigi. (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura.** São Paulo: Hucitec, 1996, v. , p. 88-99.

MOREIRA, Fernando Diniz. **Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna.** Revista CPC, n. 11, p. 152-187, nov. 2010/abr. 2011. São Paulo: USP, 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Algumas raízes: origens dos trabalhos regulares de pesquisa sobre História da Arquitetura, da Urbanização e Urbanismo no Brasil. **Pós. Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP**, v. n^o esp, p. 40-45, 1995.

SILVA, Paula Maciel. **Conservar, uma questão de decisão**: o julgamento na conservação da arquitetura moderna. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

TINEM, Nelci. **Desafios da Preservação da arquitetura moderna**: o caso da Paraíba. Artigo publicado nos Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Salvador: UFBA, 2010.

ZEIN, Ruth Verde; DI MARCO, Anita Regina. **Paradoxos do valor artístico e a definição de critérios de preservação na arquitetura, inclusive moderna**. In: Anais do 2^o Seminário DOCOMOMO N-NE. Salvador. 2008